

Ação integrada entre instituições garantirá mais atenção à saúde do servidor público

Roberto Nunes, Kharen Stecca e Michele Martins

De acordo com o boletim estatístico do pessoal da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento publicado em dezembro de 2010, o Poder Executivo federal tem 568.490 servidores ativos distribuídos por todo o país. Na Universidade

Em que consiste o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, como foi idealizado e de que forma está transcorrendo o processo de construção dessa política?

Natália Teixeira – Os órgãos públicos, em âmbito federal, estadual e municipal, não tinham legislação específica para tratar da saúde dos seus servidores. Essa é uma brecha no contrato de todo o funcionalismo público no Brasil. Já são contempladas, na legislação que rege os trabalhadores celetistas, várias questões de saúde. No entanto, para os servidores públicos federais, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, o Regime Jurídico Único (RJU), somente em 2006 começou-se a dis-

em razão do adocimento por motivos de trabalho levou-o a tomar a medida de elaborar essa política.

Como se deu a criação da unidade do SIASS em Goiás?

Ernando Filizzola – Desde 2008, estamos em processo de construção do subsistema. Constituímos um grupo de trabalho para discutir a implantação do SIASS e coube à UFG articular as ações com o Instituto Federal de Goiás e o Instituto Federal Goiano para a sua execução. O SIASS fundamenta-se em três eixos: o eixo da assistência, que diz respeito à saúde suplementar. Trata-se da contrapartida, o subsídio já mencionado pela Natália, para a contratação de planos de saúde ou convênios estabelecidos por nossa instituição. Temos o eixo que abrange a perícia, que tem por objetivo padronizar os procedimentos em toda a administração pública federal. O terceiro eixo, que julgamos o mais importante, engloba a vigilância e a promoção da saúde. Este, no atual estágio de implantação na UFG, é o eixo que está engatinhando, só começando. O acordo de cooperação técnica que institucionaliza o SIASS será assinado em breve. Ainda vamos confirmar o horário e o local para fazermos a divulgação desse momento importante da oficialização desse processo de construção da política de atenção que será chamado de SIASS UFG.

João Pires – Temos acompanhado essa implantação em Goiás a distância, haja vista que o sindicato não foi convidado, não teve acesso à equipe que está implantando o sistema em Goiás, que envolve a UFG, os institutos federais de ensino superior e outras instituições do serviço público federal do estado. Apesar disso, vemos como positiva a implantação do programa, porque ele pode remeter a políticas de prevenção e de cuidado com a saúde do trabalhador e isso será importante para o serviço público de um modo geral. Estamos acompanhando e se percebermos que o programa venha a ferir os interesses da categoria ou não contribua com a elevação do quadro de saúde do trabalhador aqui no estado de Goiás, então tomaremos as medidas cabíveis.

Quais são as principais reivindicações dos servidores com relação à saúde no ambiente de trabalho?

Fernando Pereira dos Santos – A categoria docente, assim como todos os servidores, sempre reivindicou uma po-

lítica de atenção à saúde. Consta em todas as nossas pautas de negociação, desde as greves da década de 1980. Consideramos a vitória de uma luta antiga conseguirmos o ressarcimento dos planos de saúde. E vale lembrar que ainda é um ressarcimento parcial em relação à quantia paga pelos professores. Em relação a adicionais de insalubridade e periculosidade, temos também batalhado e há várias ações na Justiça, que propusemos ao longo dos anos. Vemos com bons olhos a proposta de regulamentar essa política e aqui na UFG nós temos de participar desse processo, pois consideramos isso muito importante.

litica de atenção à saúde. Consta em todas as nossas pautas de negociação, desde as greves da década de 1980. Consideramos a vitória de uma luta antiga conseguirmos o ressarcimento dos planos de saúde. E vale lembrar que ainda é um ressarcimento parcial em relação à quantia paga pelos professores. Em relação a adicionais de insalubridade e periculosidade, temos também batalhado e há várias ações na Justiça, que propusemos ao longo dos anos. Vemos com bons olhos a proposta de regulamentar essa política e aqui na UFG nós temos de participar desse processo, pois consideramos isso muito importante.



Natália Teixeira

João Pires – Nós enfrentamos diversos níveis de problemas relativos à saúde do trabalhador hoje, em especial em áreas complexas, como, por exemplo, trabalhadores que atuam na prestação de serviços em saúde, no Hospital das Clínicas, na Faculdade de Farmácia, na Faculdade de Odontologia, no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e no Hospital Veterinário. Nessas áreas, pela tensão do cotidiano, por esses trabalhadores estarem lidando com uma série de problemas de saúde da comunidade universitária, ou de animais ou de pesquisas, acabam absorvendo as di-

ficuldades do trabalho, como a falta de pessoal. Há a necessidade de as pessoas se desdobrarem para dar conta da demanda. A falta de equipamentos adequados para lidar com as situações também acaba debilitando a saúde do trabalhador. Esses trabalhadores acabam se expondo mais, sofrendo uma tensão maior, que afeta sua própria saúde. Temos também problemas de saúde sérios causados pelo assédio moral, que afeta a saúde psicológica dos trabalhadores. É uma demanda que nos preocupa muito e achamos que o SIASS deve estar preparado para enfrentar também essa necessidade. E um outro problema é a exposição de trabalhadores a condições insalubres e a perigos em muitas áreas das instituições de ensino superior, o que, ao longo do tempo, provoca moléstias.

Quais os principais desafios encontrados nessa fase inicial de implantação do subsistema?

Ernando Filizzola – Temos chamado a atenção para uma dificuldade no que concerne à universidade. Por quê? Os outros órgãos da administração pública federal têm uma política de atenção à saúde voltada apenas para os servidores. No caso das universidades, temos também de estabelecer uma política de assistência à saúde do estudante. Isso implica dificuldades, conflitos. Vivemos um momento de defasagem no número de servidores técnico-administrativos na área da saúde, que complicou ainda mais esse processo de implantação. Ou seja, em muitos momentos tivemos de fracionar equipes e quando falo de equipes, refiro-me a médicos, dentistas, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, enfermeiros. Enfim, tivemos de dividir a atenção desses profissionais para a assistência a estudantes e a servidores. Esse constitui um dos maiores desafios. O modelo de atenção vigente nas universidades é ainda o de especialistas, de áreas compartimentadas, o que não propicia um trabalho de equipe multiprofissional. Esse conceito vem sendo trabalhado pelo SIASS e nós acreditamos que teremos êxito nas ações.

Uma das ações previstas pelo subsistema é a implantação dos exames periódicos e a elaboração de um banco de dados. Como as informações colhidas serão utilizadas posteriormente?

Natália Teixeira – Todos sabemos que os exames periódicos são importantíssimos para cada servidor. Se cada pessoa

de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), foram convidados para a mesa-redonda, promovida pelo **Jornal UFG** e a Rádio Universitária 870 AM, a psicóloga integrante da equipe da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh), Natália Beatriz Viana Teixeira, o pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom), Ernando

faz exames periodicamente, consegue identificar algum tipo de prejuízo à sua saúde e intervir antes que isso se torne algo mais grave. Institucionalmente, precisamos nos ancorar nos dados de exames periódicos para prevenir adoecimentos causados por condições de trabalho. Dispondo dos dados de determinada unidade em termos de agravamento à saúde, a instituição poderá intervir na situação, alterando ambientes de trabalho. E a universidade tem uma particularidade: dos onze ambientes organizacionais previstos na legislação, a universidade tem dez. O único ambiente organizacional que a UFG não tem é o trabalho em área marítima. Temos toda a diversidade de tipos de trabalho possível – administrativo, laboratorial etc. Existe uma gama de ações e cada local apresenta determinados riscos. Alguns deles vão apresentar insalubridade e periculosidade e por isso os trabalhadores têm direito a um abono pelo risco que correm. Outros não. Há ambientes que dependem da intervenção e da gestão para que a pessoa não corra o risco de adoecer. Até um ambiente administrativo pode oferecer riscos. Por exemplo, se o seu mobiliário não está adequado, se as relações que são estabelecidas naquele local não são adequadas, se os modos de gestão têm problemas sérios, entre outros.

Como se dará a qualificação dos técnicos, administradores e gestores para adequar o funcionamento da instituição ao SIASS?

Natália Teixeira – Estamos preparando uma ação de formação de multiplicadores em qualidade de vida no trabalho, que não é específica para os técnicos da área de saúde, mas para qualquer servidor (docente ou técnico-administrativo) que tenha interesse em alterar alguma questão no seu ambiente de trabalho. Trata-se de uma parceria com o Departamento de Recursos Humanos para uma ação educativa em vigilância e promoção à saúde e vamos empregar uma metodologia bastante participativa, em que cada servidor poderá expor as necessidades do seu órgão. Até poderemos contratar, temporariamente, alguns profissionais da área de saúde para intervir nesses locais. Então, os supor que um professor de certa unidade acadêmica perceba que várias pessoas estão tendo problemas com o uso da voz. Se ele participa desse curso e traz essa informação, além de discutirmos de modo geral a legislação de saúde, os aspectos conceituais de qualidade de saúde no trabalho, teremos condições de chamar um fonoaudió-



João Pires

é vista como condições de vida, modos de viver, estilos de vida saudáveis. Enfim, há vários aspectos que podem determinar um bom estado de saúde ou presença de doença ou de agravos. Então, os exames periódicos vão possibilitar, por exemplo, a detecção de doenças e agravos no período inicial e facilitarão o tratamento e a reabilitação, por exemplo. A Prodirh e a Procom estão organizando todo o processo e temos a intenção de trabalhar com o Hospital das Clínicas na realização dos exames. Estamos até atrasados na implementação desses exames, que são importantes e compõem aquele terceiro

Melo Filizzola, e o presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg), Fernando Pereira dos Santos. Participou ainda, por telefone o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo), João Pires Júnior. Confira.

eixo de que falamos no início, que é a promoção e a vigilância.

Natália Teixeira – Outro desafio importante é a constituição da comissão interna de saúde do servidor público, que é equivalente à comissão interna de prevenção de acidentes na CLT, a Cipa. Esta, além de auxiliar da vigilância de fatores de risco em acidentes de trabalho, pela Constituição, é parceira e construtora das ações de vigilância e de promoção de saúde na instituição. Ano passado, as ações que organizamos estavam voltadas para diagnósticos gerais das condições de trabalho. Aplicamos uma escala de avaliação do contexto do trabalho, avaliando problemas ambientais, relacionais e organizacionais. No Câmpus Jataí, fizemos um levantamento das condições de trabalho, utilizando a metodologia qualitativa (fizemos grupos focais). Realizamos também o Seminário "Trabalho com saúde e qualidade de vida", com a participação de dois convidados externos. Foi uma ação educativa, para disparar essa discussão e distribuir material sobre o SIASS e para despertar o entendimento das pessoas de que a responsabilidade não é somente de quem está gerindo o processo, mas de todos. O SIASS tem como principais atores os próprios servidores e eles precisam conhecer seus direitos, conhecer o que podem e o que devem fazer no seu ambiente de trabalho e trabalhar de modo coletivo. Agora vamos realizar um curso de multiplicadores em qualidade de vida no ambiente do trabalho.

Fernando Pereira – Esse trabalho preventivo, de descobrir os problemas antes que eles aconteçam, a iniciativa privada já faz, porque é de interesse das empresas. Geralmente os trabalhadores – aliás, os seres humanos – só atentam para os problemas de saúde quando ficam doentes. Nós, da Adufg, vimos até hoje poucas ações preventivas e sabemos que na universidade muitos profissionais, importantes para a universidade, ficam afastados por doenças ósseas, doenças mentais, etc. E isso pode ser evitado pela universidade, se ela tiver um trabalho preventivo. Em certo sentido, os problemas de saúde do trabalhador são até mais importantes para o empregador do que para o empregado. Na verdade, a saúde do trabalhador é um investimento que se faz e talvez seja por isso que não tenhamos essa reivindicação do trabalhador.

Que instituições serão parceiras na implantação do SIASS e qual será a contrapartida de cada uma?

Ernando Filizzola – Em Goiás, são dois grupos de trabalho. Um contempla as instituições de ensino superior e do outro fazem parte o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e os demais órgãos federais no estado. A integração, do grupo que envolve a universidade, deu-se, inicialmente, com o dimensionamento de recursos humanos lotados nas três instituições. Fizemos também visitas técnicas para conhecer os serviços de saúde de cada instituição, e realizamos oficinas de capacitação, que culminaram na definição da unidade, em



Fernando Pereira dos Santos

setembro de 2009. A junta médica, por exemplo, pode ser formada por médicos das três instituições e poderá atender qualquer servidor público federal no estado de Goiás, ou seja, é um ganho para o servidor, que poderá ser atendido pela junta constituída na unidade do SIASS. Além de ampliar as ações do SIASS em Goiânia, temos o desafio de interiorizar o SIASS. Porque, não só aqui no estado de Goiás, mas praticamente em todos os outros estados, o SIASS ainda está ainda restrito às capitais.